

Ninguém de boa fé negará méritos ao Plano Cruzado. Precisamente por saber avaliá-lo, contudo, terá plena autoridade para criticar os males que está impondo ao ensino particular. A crise por que passam neste Estado as escolas mantidas pela iniciativa privada só poderá passar despercebida a cegos do tipo que não quer ver — o pior, portanto. O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino ainda não tem dados para estimar quantas de tais escolas fecharão já no segundo semestre, que está à vista. Adianta, entretanto, que não serão poucas, entre as sete mil que funcionam em São Paulo; e, mais, que só há duas saídas para impedir que se tornem fatais as dificuldades por elas experimentadas: "Ou o governo aceita o pedido de revisão setorial dos índices aprovados para reajuste das mensalidades, ou admite que quer estatizar o ensino". Quem se expressa assim é o presidente do sindicato, José Aurélio de Camargo.

Enquanto fecha os olhos à realidade descrita, o Ministério da Educação cuida de estabelecer novas fórmulas para financiar o ensino superior. Uma subcomissão formada no âmbito daquela Pasta vem de analisar em relatório que acaba de ser divulgado as fórmulas em questão. Entre as alternativas que assinalou

figuram as seguintes: transferência de ações de empresas estatais rentáveis para universidades selecionadas; e criação de imposto de 5% sobre a remessa de royalties e a assistência técnica, com a arrecadação destinada ao financiamento de pesquisa e tecnologia em instituições de nível superior.

Então, só o ensino universitário preocupa? Acaso não assusta os titulares do poder o garroteamento daquele de nível médio no Estado em que se concentram os fatores de maior importância no processo de desenvolvimento nacional? Não percebem eles que o fechamento de mil, duas mil ou três mil escolas particulares paulistas é o início nefasto do chorrilho que levará à extinção de todas elas, a curto prazo, sendo lícito prever que estarão de portas cerradas em 1987? O professor José Aurélio de Camargo elaborou documentos que, em nome da diretoria do sindicato que preside, registraram razões válidas para a defesa dos pontos de vista pelos quais se batem os educadores privados. No primeiro documento, lembra que "os valores (de reajuste) autorizados pelos Conselhos de Educação antes do pacote de 28 de fevereiro representam direito adquirido, com garantia constitucional". No segundo, reivindica a revisão setorial do reajuste, de acordo

com o artigo 35 do Decreto-Lei nº 2.284.

19 JUN 1986

Assinale-se que, segundo notícias correntes, o último documento foi entregue nos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Educação, com cópia encaminhada ao ministro Aureliano Chaves, "este último ardoroso defensor da Educação privada, como única forma de manutenção de uma sociedade democrática". Eis a consequência mais grave do problema gerado pela crise que é objeto deste comentário. Se estivesse em execução um plano para tornar antidemocrática a sociedade brasileira, submetida de vez ao Estado onipotente e onipresente, nada que se pudesse fazer para levá-lo a bom termo seria tão eficaz quanto criar condições para exterminar o ensino particular. Ele não carece de ações de empresas estatais rentáveis para sobreviver. De resto, jamais precisou delas e sempre cumpriu de modo plenamente satisfatório sua missão, na composição de uma sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes de que necessita. Para as esquerdas, não é fácil argumentar que essa classe média, permeável, a que ascendem não poucos dos melhores e dos mais capazes, procedentes de setores de renda mais baixa, constitui

a classe dominante, a ser liquidada para gáudio da classe dominada. Mas como a neurose esquerdista não exige argumentos consistentes, o que lhe aproveita é o fato de ser possível, hoje, acometer com êxito contra a classe média pelo flanco exposto das escolas que se encontram condenadas a fechamento.

Dizem-se partidários da iniciativa privada os homens que desfrutam o poder, sob a Novíssima República. Contam-se entre eles alguns empresários, da mesma forma que empresários também o são outros tantos íntimos que compõem o círculo mais restrito de amigos do presidente da República. Seria então a hora de indagar se não se dão conta, todos, do risco que se abate sobre a sociedade e sobre o que resta da iniciativa privada neste país, por via da estatização do ensino. Não é possível decretá-la tão-somente por causa da validade que conduz a medidas antiinflacionárias, a fim de que os pais do pacote de 28 de fevereiro possam passar como heróis que jugularam a desvalorização monetária. Ou bem se reajustam as mensalidades escolares, ou bem se singra definitivamente o caminho da estatização do ensino. Não há meio-termo nem melas-soluções para o problema. O governo fica com a responsabilidade de escolher o rumo a seguir. A História o julgará pela opção que fizer.